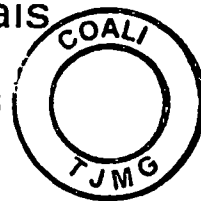




Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA PARA A GESTÃO DE BENS SERVIÇOS E PATRIMÔNIO



PARECER Nº. 318/2009

DATA: 24.11.2009

LICITAÇÃO: 115/2009 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO: 2002/2009

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para prestação, de forma contínua, de serviços de condução de veículos pertencentes à frota do TJMG.

RECORRENTES: HIGITERC, HIGIENIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.; FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA.; ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA.

ASSUNTO: Recurso contra ato do Pregoeiro

Senhor Pregoeiro

Com vistas a subsidiar a decisão de Vossa Senhoria, apresentamos a análise acerca dos Recursos interpostos, legítima e tempestivamente, pelas empresas HIGITERC, HIGIENIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.; FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA. e ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA., diante de seu inconformismo pela decisão que declarou a inabilitação de tais corporações em relação à Licitação nº. 115/2009.

As empresas se insurgem contra o mesmo fato, qual seja, a decisão de v. S^a. que inabilitou todos os licitantes, tendo em vista o não cumprimento da alínea "c", do subitem 6.1.4 do Edital nº. 115/2009, pela não comprovação de capacitação técnico-operacional, haja vista que nenhuma das Recorrentes demonstrou possuir, em seus quadros, número de motoristas compatível com o exigido pelo instrumento convocatório.

Adicionalmente, alega a FIANÇA LTDA. que V. S^a. poderia ter realizado diligência para a apuração da viabilidade da proposta por ela apresentada.

É esse o breve relatório. Passemos à análise dos fatos e fundamentos apresentados.

1. A questão central dos recursos *sub examine* cinge-se à análise da



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

capacitação técnico-operacional dos licitantes e, mais do que isso, em averiguar se estes cumpriram ou não os requisitos relativos a este requisito, tal como exigido pelo edital convocatório.

Inicialmente, vale ressaltar que os entes públicos devem total obediência ao princípio da legalidade, preceito regente de toda a atividade Administrativa.

Este preceito não pode ser afastado ou sofrer interpretação restritiva, tal como asseverado pelo Min. Marco Aurélio de Mello, em seu voto no julgamento do MS 24.872/DF:

*"A Administração Pública é norteada por princípios conducentes à segurança jurídica — da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. A **variação de enfoques, seja qual for a justificativa, não se coaduna com os citados princípios, sob pena de grassar a insegurança.**"* (grifo nosso) ¹

A incidência do princípio da legalidade é também estudada por Diógenes Gasparini, que aduz:

*"O princípio da legalidade **significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu ator. Qualquer ação estatal sem o calço legal, ou que exceda ao âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe-se à anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular. De fato, este pode fazer tudo o que a lei permite e tudo que a lei não proíbe; aquela só pode fazer o que a lei autoriza e, ainda assim, quando e como autoriza...**"* ²(grifos nossos).

Percebe-se que, a todo o momento, deve a Administração Pública se apoiar nos ditames legais para que possa agir.

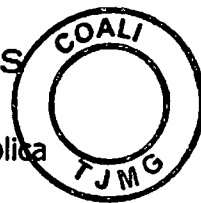
Nesta esteira, o art. 37, XXI da Constituição Federal regula a contratação de serviços por parte dos entes administrativos. Vejamos:

*"**XXI** - ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Assim, é possível concluir que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a legislação permite, não havendo espaço para eventuais

¹ STF: MS 24.872/DF. Rel. Min. Marco Aurélio. Pleno. DJ 30-09-05.

² GAPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 10 ed. rev. e atual. — São Paulo: Saraiva, 2005. Pg. 7.



negociações ou tergiversações. Dessarte, denota-se que a atividade pública encontra-se integralmente submissa aos comandos legais.

Fixada esta premissa, passa-se à análise do cerne deste arrazoadado, qual seja, a questão da capacidade técnica exigida na licitação.

A capacitação técnico-operacional é expressamente definida pela Lei Federal nº. 8.666/93, especialmente em seus art. 30, II, c/c §1º. Vejamos:

"Art. 30: (...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, ..."

Seguindo as orientações impostas pela legislação e ciente das obrigações a ele incumbidas pelo ordenamento jurídico, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais fez constar, no Edital nº. 115/2009, item expresso cuidando da habilitação técnico-operacional. Neste sentido, dispõe o subitem 6.1.4, "c":

**"6.1.4. Documentos referentes à Qualificação Técnica:
(...)**

c) Capacidade Técnico-operacional: Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no CRA, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto ora licitado. Poderá ser apresentado mais de 01 atestado para a obtenção do quantitativo solicitado, admitindo-se o somatório de atestados desde que:

**c.1) 01 atestado contemple 40% (quarenta por cento) do efetivo a ser contratado; ou
c.2) 02 atestados contemplem 50% (cinquenta por cento) do efetivo a ser contratado."**(grifo nosso)

Cabe-nos esclarecer a circunstância que deflui de análise minimamente criteriosa dos termos do Edital de convocação, à luz da legislação aplicável à espécie.

1.1. O instrumento convocatório estabeleceu a necessidade de se



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

apresentar atestados que comprovassem prévia execução de serviços em **montante similar ou superior à exigida no contrato.**

Oportuno ressaltar que a exigência encontra-se prevista desde o lançamento do edital à praça; a partir daí, incide sobre a hipótese o princípio da "vinculação ao edital".

Ao decidir pela participação em certame licitatório, deve o concorrente observar todos os termos do edital, sob pena de se ver desclassificado ou inabilitado pelo condutor do certame. Tal fato espelha um dos preceitos basilares de todas as licitações – o princípio da vinculação ao edital.

Nos dizeres de Celso Antônio Bandeira de Mello:

"Para que sejam apreciadas, as propostas necessitam ser sérias, firmes e concretas, como acentua Marcello Caetano. A estes caracteres, Adilson de Abreu Dallari acrescenta, com razão, um quarto requisito, a saber: ajustadas às condições do edital..."

..Proposta ajustada às condições do edital e da lei, como intuitivamente se percebe, é a que se contém no interior das possibilidades de oferta neles permitidas...

..As propostas que desatendam a estes requisitos devem ser liminarmente desclassificadas. Ficam excluídas da disputa e a Administração não pode entrar no mérito da conveniência que teriam. De conseguinte, sequer cabe alinhá-las na seriação por ordem de vantagens"³

O princípio da vinculação ao edital já foi alvo de diversos posicionamentos exarados pelo Tribunal de Contas da União. A título ilustrativo, colacionamos decisão na qual a matéria foi ventilada.

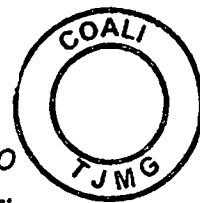
"3. A decisão subjetiva é rechaçada pelo ordenamento jurídico, que impõe o julgamento objetivo e a vinculação ao edital, em homenagem aos princípios constitucionais da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.

4. O edital é a lei interna do processo de licitação, vinculando aos seus termos tanto a Administração Pública como os licitantes. Não seria aceitável que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e, no decorrer do processo ou na realização do julgamento, se afastasse do estabelecido. Ou ainda, que aceitasse de apenas um dos participantes a apresentação de proposta em desacordo com o estabelecido."⁴ (grifo nosso).

O Pretório Excelso também exaltou a importância do preceito da vinculação ao edital para as licitações, conforme se vê a seguir:

³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 26 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008. p. 591-592.

⁴ TCU: **Acórdão 3474/2006**. 1ª Câmara. Rel. Min. Valmir Campelo. D.O.U. 06.12.2006.



"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. IMPOSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DO SENTIDO DE SUAS CLÁUSULAS. ART 37, XXI, CB/88 E ARTS. 3º, 41 e 43, V, DA LEI N. 8.666/93. CERTIDÃO ELEITORAL. PRAZO DE VALIDADE. CLASSIFICAÇÃO DO RECORRENTE E DAS EMPRESAS LITISCONSORTES PASSIVAS. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital [art. 37, XXI, da CB/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei n. 8.666/93], sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto. (...)" ⁵ (grifo nosso).

Com efeito, a partir do momento em que o licitante decidiu participar do certame, assumiu ele o compromisso de adequar sua proposta aos termos do edital convocatório, de modo que, presume-se ser ele conhecedor de todos os termos do instrumento convocatório.

Em termos práticos, significa dizer que, ao formular suas propostas durante o certame licitatório, os licitantes tinham absoluto conhecimento de que teriam de cumprir com os requisitos de comprovação de aptidão técnico-operacional.

Ao silenciar sobre tais circunstâncias no momento de impugnação do edital, presume-se que as empresas aderiram integralmente aos seus ditames, não havendo que se falar em irregularidade nos termos editalícios.

1.2. Analisando estritamente os termos do subitem questionado pelas Recorrentes, percebe-se o equívoco das razões por elas apresentadas para atacar o dispositivo.

Percebe-se que, a todo o momento, as recorrentes buscam questionar de forma isolada as alíneas c.1 e c.2 do subitem 6.1.4 – que regulam, em seu bojo, a possibilidade de se apresentar mais de um certificado para a comprovação da experiência anterior das empresas candidatas à contratação.

Estes dispositivos (c.1 e c.2), no entanto, não podem ser interpretados de forma isolada, devendo ser lidos à luz do subitem como um todo. Com efeito, dispõe o subitem 6.1.4:

"6.1.4. Documentos referentes à Qualificação Técnica:
(...)"

⁵ STF: RMS-Agr. Nº. 24.555/DF. 1ª T. Rel. Min. Eros Grau. DJ: 03.05.2007.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

c) Capacidade Técnico-operacional: Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no CRA, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto ora licitado. Poderá ser apresentado mais de 01 atestado para a obtenção do quantitativo solicitado, admitindo-se o somatório de atestados desde que:

c.1) 01 atestado contemple 40% (quarenta por cento) do efetivo a ser contratado; **ou**

c.2) 02 atestados contemplem 50% (cinquenta por cento) do efetivo a ser contratado.” (grifo nosso)

Como se vê, o dispositivo não deixa dúvidas de que os licitantes deverão comprovar “a execução satisfatória de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto ora licitado”. Ou seja: em termos numéricos, o edital exige a comprovação da prestação de serviços anteriores que somem 100% (complexidade equivalente) ou mais do que 100% (complexidade superior) do objeto a ser contratado (317 motoristas).

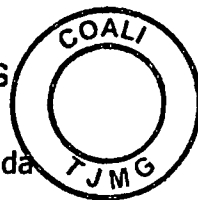
Partindo dessa premissa e, buscando a ampliação da competitividade, o Edital convocatório previu a possibilidade de os interessados comprovarem a qualificação técnico-operacional através de mais de um atestado, desde que pelo menos um abrangesse 40% (quarenta por cento) do objeto, ou que dois deles abrangessem 50% (cinquenta por cento) do serviço a ser contratado.

A questão é literal: não existe a necessidade de comprovação através de um único atestado; cumpridas as condições estabelecidas no item c.1 ou no c.2, poderá o licitante comprovar o restante do requisito através de inúmeros atestados.

A título ilustrativo, poderíamos pensar na seguinte hipótese: um licitante “A” pretende participar da licitação em comento. Para tanto, deverá apresentar, para habilitação, pelo menos um atestado contemplando 40% do objeto (127 motoristas), ou dois atestados, que, somados, abrangessem 50% do serviço (159 motoristas).

Feita a comprovação exigida, o restante do objeto poderia ser comprovado através de outros inúmeros atestados – desde que estes, somados, contemplassem no mínimo, 317 motoristas (100% do objeto).

Portanto, supondo que o licitante “A” trouxesse atestado único comprovando prestação de serviço envolvendo 127 motoristas (40% do objeto),



os demais 60% poderiam ser comprovados livremente (por exemplo, através da apresentação de 60 atestados com 1% do objeto em cada um deles).

Fato é que, ao facultar a comprovação do objeto por meio de mais de um atestado, a Administração jamais autorizou que os pretensos licitantes comprovassem serviços em níveis inferiores a 100% do objeto a ser contratado.

Ao estabelecer condições para a apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, longe de ofender a isonomia e a competitividade, age com total zelo em relação à contratação a ser efetivada. Nesse sentido, destaca-se julgado do STJ, no qual se afirmou:

"MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO "TÉCNICO-OPERACIONAL" DA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA.

- A exigência não é ilegal, se necessária e não excessiva, tendo em vista a natureza da obra a ser contratada, prevalecendo, no caso, o princípio da supremacia do interesse público. Art. 30, da Lei das Licitações.

- A capacitação técnica operacional consiste na exigência de organização empresarial apta ao desempenho de um empreendimento, situação diversa da capacitação técnica pessoal.

- **Por conseguinte, também não se reconhece ilegalidade na proposição quando a exigência está devidamente relacionada com o objeto licitado, inexistindo qualquer alegação de excessividade, ou seja, de exigência de experiência anterior superior, mais intensa ou mais completa do que o objeto licitado. (...)"** ⁶ (grifo nosso)

1.3. Como já abordado neste estudo, a qualificação técnico operacional é atributo inerente à empresa, adquirido em razão de trabalhos por ela executados, independentemente dos responsáveis técnicos profissionais que nela operam.

Marçal Justen Filho, ao analisar a questão, ensina que:

"A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participou anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública." ⁷ (grifo nosso).

Alinhando-se a esta posição, Jessé Torres Pereira Junior define que:

"De afastar-se a resistência oposta ao cumprimento de editais que exigem a apresentação de atestados que comprovem haverem os licitantes executado, no passado, objeto assemelhado em

⁶ STJ: RESP 331.215/SP. 1 T. Rel. Min. Luiz Fux. DJ 27.05.2002.

⁷ FILHO, Marçal Justen. *Idem*.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

características, quantidade e prazos, ao pretexto de que corresponderiam a aferição de capacidade técnica-operacional da empresa, que estava prevista no inciso II do §1º, vetado pelo Presidenta da República. Segundo os que assim argumentam, a qualificação técnica do licitante deve limitar-se à comprovação da presença, em seus quadros, de profissionais habilitados para a execução do objeto em licitação, consoante disposto no inciso I do §1º.

(...)

*A qualificação técnica de pessoa jurídica resulta do seu conjunto de recursos organizacionais e elementos organizacionais, deixando para a segunda parte a referência ao pessoal técnico. Este, sem estrutura empresarial apta a produzir os insumos e apoios, na medida e no tempo certos, não logra execução adequada. **Por conseguinte, o edital pode e deve estabelecer as exigências, por meio de atestados, que sejam suficientes para que a Comissão Julgadora verifique se cada licitante dispõe daquele conjunto de recursos, sob pena de inabilitação. As restrições lançadas na parte final do inciso I do §1º referem-se à experiência passada dos profissionais, pessoas físicas, e, não, da empresa, pessoa jurídica.***"⁸ (grifos nossos).

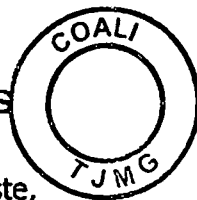
Ao exigir dos licitantes comprovem sua capacitação técnico-operacional, o legislador atua com total acerto, posto que, por medida preventiva, busca afastar do seio da Administração Pública a contratação de empresas que se mostrem incapazes de cumprir com os compromissos assumidos perante seus órgãos.

Os exemplos de contratações administrativas mal conduzidas são fartos em nossa realidade, panorama que é refletido hodiernamente em nossos noticiários, como se vê pelas seguintes manchetes publicadas no jornal O Estado de São Paulo:

- **"TCU manda bloquear R\$ 5,2 milhões de obra do PAC"**
(publicada no Estado de São Paulo em 26.09.2009. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em: 23.11.2009).
- **"Piscinão cancelado está entre as prioridades, diz Kassab"**
(publicada no Estado de São Paulo em 20.03.2009. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em: 23.11.2009).

No caso em análise, a razoabilidade não compreende somente a contratação da empresa que apresenta o menor preço para a prestação dos serviços a serem contratados; mais do que isso, exige-se que o futuro contratado cumpra devidamente com seus compromissos, prestando o serviço de modo a

⁸ PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. *Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública*. 7 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. pg. 390-391.



atender os anseios da Administração durante todo o período de execução deste, tal como se detrai do seguinte excerto:

"ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ATESTADO TÉCNICO. COMPROVAÇÃO. AUTORIA. EMPRESA. LEGALIDADE.

*Quando em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa, não está sendo violado o art. 30, § 1º, II, caput, da Lei 8.666/93. É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade eficiência, objetivando, não só garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo - a lei -, mas com dispositivos que busquem resguardar a administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa."*⁹ (grifos nossos)

Nesta esteira, a forma uma das formas mais eficazes dos órgãos públicos selecionarem empresas aptas à prestação dos serviços pretendidos é o estabelecimento de condições rígidas quanto à capacidade técnico-operacional destas.

Este entendimento fora acolhido pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, que, em diversas oportunidades já se manifestou sobre o tema:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE GRANDE PORTE. EDITAL. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA. COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR. POSSIBILIDADE.

1. *As exigências tendentes a comprovar a capacitação técnica do interessado em contratar com o ente público devem ser concebidas dentro das nuances e particularidades que caracterizam o contrato a ser formalizado, sendo apenas de rigor que estejam pautadas nos princípios que norteiam o interesse público.*

2. *Em se tratando de licitação de serviços de engenharia de grande porte, não há por que cogitar de ilegalidade da norma editalícia que exige a comprovação de experiência anterior em obra similar à licitada, porquanto concebida com propósito de permitir à Administração Pública avaliar a capacidade técnica dos interessados em com ela contratar nos exatos termos do que prescreve a primeira parte do do inciso II do art. 30 da Lei n. 8.666/93: "comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (...)"*

3. *Há situações em que as exigências de experiência anterior com a fixação de quantitativos mínimos são plenamente razoáveis e justificáveis, porquanto traduzem modo de aferir se as empresas licitantes preenchem, além dos pressupostos operacionais propriamente ditos – vinculados ao aparelhamento e pessoal em*

⁹ STJ: RESP 144.750/SP. 1 T. Rel. Min. Francisco Falcão. DJ 25.09.2000.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

número adequado e suficiente à realização da obra –, requisitos não menos importantes, de ordem imaterial, relacionados com a organização e logística empresarial.

4. A ampliação do universo de participantes não pode ser implementada indiscriminadamente de modo a comprometer a segurança dos contratos, o que pode gerar graves prejuízos para o Poder Público.

5. Recurso especial não-provido.¹⁰ (grifo nosso).

"ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO PÚBLICA - SERVIÇOS DE LEITURA DE HIDRÔMETROS E ENTREGA DE CONTAS - EDITAL - EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR - CAPACITAÇÃO TÉCNICA - ARTIGO 30, § 1º, I, E § 5º DA LEI N. 8.666/93 - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações.

Dessarte, inexistente violação ao princípio da igualdade entre as partes se os requisitos do edital, quanto à capacidade técnica, são compatíveis com o objeto da concorrência. In casu, a exigência, prevista no edital, de apresentação de atestados que comprovem a experiência anterior dos participantes na prestação dos serviços objeto de licitação não é abusiva ou ilegal, pois é uma forma de demonstrar sua capacidade técnico-operacional segundo os critérios discricionariamente estabelecidos pela Administração para a execução a contento dos serviços.

"A ausência de explícita referência, no art. 30, a requisitos de capacitação técnico operacional não significa vedação à sua previsão. A cláusula de fechamento contida no § 5º não se aplica à capacitação técnico-operacional, mas a outras exigências" (Marçal Justen Filho, in "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", 8ª ed., Ed. Dialética, São Paulo, 2000, p. 335).

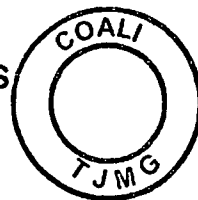
Recurso especial não conhecido.¹¹ (grifo nosso).

Diante dos posicionamentos trazidos, não restam dúvidas de que as exigências constantes do edital em epígrafe são plenamente respaldadas pelo ordenamento jurídico aplicável, o que confirma a pertinência da decisão de inabilitação de todas as Recorrentes, frente a não comprovação de capacidade técnico-operacional por nenhum deles.

2. Por último, a empresa FIANÇA Ltda. argui que V. Sª. poderia ter realizado diligência com vistas a sanar as irregularidades apontadas nas propostas das licitantes, uma vez que teria realizado diligência para sanar dúvidas

¹⁰ STJ: RESP 295.806 / SP. Rel Min. João Otávio De Noronha. DJ 06/03/2006.

¹¹ STJ: RESP 361.736 / SP. Rel Min. Franciulli Neto. DJ 31.03.2003.



encontradas na proposta da CONSERVO Ltda..

Equivoca-se mais uma vez a Recorrente FIANÇA Ltda.

Da análise da Ata de Abertura do Pregão, acostada às fls. 623/624 dos autos do Processo nº. 2002/2009 – Ata que, frise-se, fora assinada por todos os licitantes, inclusive a FIANÇA Ltda. – não se percebe a realização de qualquer diligência por parte de V. Sa..


Assim, ao contrário do que alega a FIANÇA, não houve a realização de qualquer diligência no curso da sessão do Pregão Presencial nº. 115/2009, que se encerrou no dia 11/11/2009, às 12:53:12, conforme atestado na Ata em comento.

Por se tratar de argumento fantasiosamente levantado pela Recorrente, este argumento não merece acolhida.

Não obstante essa constatação, a diligência solicitada é totalmente descabida e infrutífera, tendo em vista que esta, conforme preceitua o art. 43, §3º, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, se presta a “esclarecer ou complementar a instrução de processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta**”, o que seria o caso ora em comento, posto que a comprovação da capacidade técnico-operacional deveria constar no seu envelope de habilitação, o que, de fato, não aconteceu, razão pela qual foi declarada a inabilitação da empresa.

CONCLUSÃO:

Feitas essas considerações, esta Assessoria opina, *s.m.j.*, pela manutenção incólume da decisão de Vossa Senhoria quanto à INABILITAÇÃO das empresas recorrentes, face ao flagrante desatendimento do disposto no item 6.1.4 do Edital nº. 115/2009, uma vez que nenhuma delas comprovou devidamente a existência de capacidade técnico-operacional anterior à contratação.


João Pedro Oliveira Stringheta
Técnico Judiciário – ASCONT


Adriana Lage de Faria Navarro
Assessora – ASCONT



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

LICITAÇÃO: 115/2009 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO: 2002/2009

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para prestação, de forma contínua, de serviços de condução de veículos pertencentes à frota do TJMG.

RECORRENTES: HIGITERC, HIGIENIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.; FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA.; ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA.

ASSUNTO: Recurso contra ato do Pregoeiro

DECISÃO DO PREGOEIRO:

Com base nos fundamentos do Parecer da ASCONT, mantenho a decisão de inabilitação das propostas oferecidas pelas empresas Higiterc, Higienização e Terceirização Ltda.; Fiança Serviços Gerais Ltda. e Adservis Multiperfil Ltda.

Encaminhem-se os autos à DIRSEP para análise do recurso.

Em 25/11/2009.

Henrique Esteves Campolina Silva
Pregoeiro

DESPACHO DA DIRSEP:

Adotando os fundamentos do Parecer da ASCONT, conheço do recurso, interposto tempestivamente, mas, no mérito, nego-lhe provimento, ratificando a decisão do Sr. Pregoeiro, no tocante à inabilitação das empresas ora Recorrentes.

Encaminhem-se os autos à GECOMP para as providências relativas ao certame.

Em 25/11/2009.


Selma Michaelisen Dias

Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio